

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2008

Principais Fatos e Análise da Série Histórica

I. Justiça Federal

A despesa da Justiça Federal durante o ano de 2008 foi de R\$ 5,2 bilhões, o que representa um gasto de 0,18% com relação ao PIB Nacional¹ ou um custo anual de R\$ 27,68 por habitante². Dessa despesa, aproximadamente R\$4,8 bilhões estão relacionados a gastos com recursos humanos, que, além do salário, incluem férias, gratificações, passagens, verba de gabinete, dentre outros dispêndios. Além disso, comparativamente com os anos anteriores, verifica-se que entre 2004 e 2006 as despesas cresciam a uma média de 14% ao ano, porém nos últimos dois anos (2007 e 2008) houve uma desaceleração significativa, em que o crescimento anual passou a ser de apenas 7% ao ano. A Figura 1 apresentada abaixo demonstra as despesas³ da Justiça Federal a cada ano.

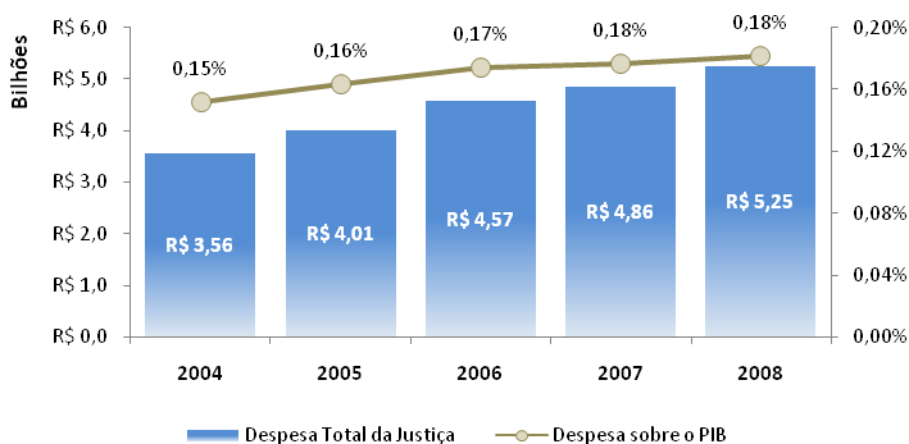


Figura 1 – Despesas Totais da Justiça Federal e sua relação com o PIB Nacional

A Justiça Federal possui uma característica peculiar no que diz respeito às receitas arrecadadas. A soma delas ultrapassam suas despesas, fazendo com que a Justiça seja superavitária. Somente durante o ano de 2008 foram arrecadados aproximadamente R\$ 9 bilhões em execuções fiscais, ou seja, mais que o dobro do total gasto. Além desse montante, somam-se R\$ 56 milhões arrecadados com custas e recolhimentos diversos.

¹ O PIB (Produto Interno Bruto) em 2008 foi de R\$2,9 trilhões, segundo divulgado pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

² Utilizando por base a população de 01/07/2008 estimada pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

³ Todos os valores monetários de 2004 a 2007 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA ao preço de dezembro de 2008.

Ao final do ano de 2008, a Justiça Federal contava com 1.478 magistrados, quase 34 mil servidores (inclusive estagiários e terceirizados), sendo que dentre eles quase 23 mil (68%) pertenciam ao quadro efetivo. É interessante observar que durante os anos de 2004 a 2008 o total da força de trabalho cresceu a uma razão média de 2,3% ao ano, enquanto o número de servidores do quadro efetivo cresceu em média 4,1% ao ano, demonstrando uma preferência por aumentar o quadro funcional com servidores concursados (vide Figura 2).

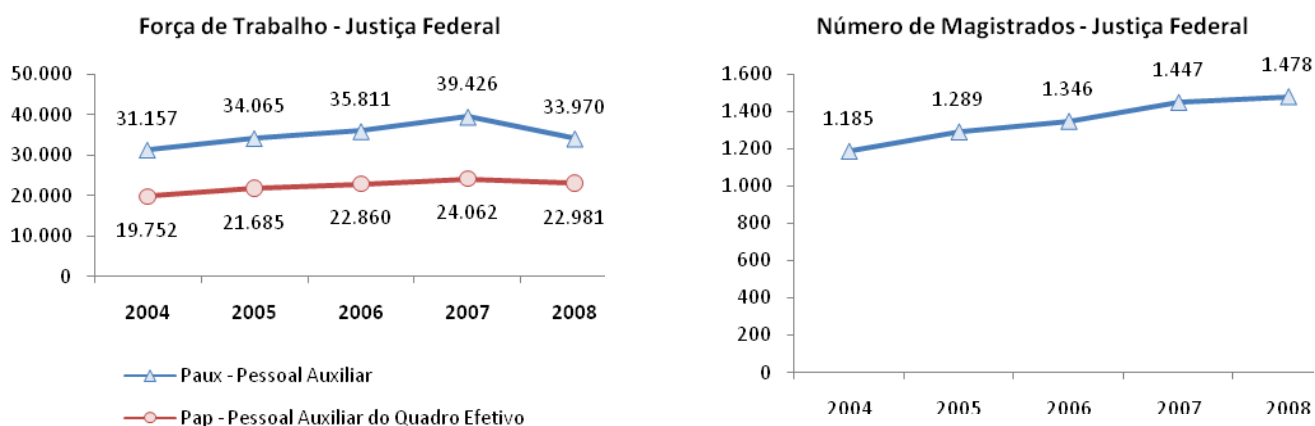


Figura 2 - Força de trabalho e número de magistrados na Justiça Federal

Durante o ano de 2008, tramitaram nos Tribunais Regionais Federais (2º Grau) quase 1,2 milhão de processos, sendo que, dentre eles, 474 mil ingressaram naquele ano e 713 mil já estavam pendentes de julgamento desde o final do ano anterior. Ademais, foram sentenciados 477 mil processos, fazendo com que o número de casos julgados se assemelhasse ao número de processos ingressados e, assim, gerando um fator dificultador na tarefa de redução do número de processos pendentes de julgamento.

Já no 1º grau, foram 510 mil sentenças proferidas e 2,1 milhões de processos em tramitação, sendo que, dentre eles, 1,5 milhão refere-se ao estoque pendente de julgamento. Nas turmas recursais tramitaram 568 mil processos (380 mil casos novos e 188 mil casos pendentes) e nos Juizados Especiais 2,2 milhões de processos (1,2 milhão de casos novos e 979 mil casos pendentes).

O Indicador de carga de trabalho reflete o número de processos que tramitaram durante o ano de 2008 com relação ao total de magistrados. No que diz respeito ao 2º grau, é interessante observar que entre os anos de 2004 a 2007 não houve muitas alterações na carga de trabalho, com leves oscilações valorativas, no entanto, com uma média relativamente constante em torno de 8 mil processos. Entretanto, em 2008 houve um pico na carga de trabalho, com crescimento de 7%, passando de 8.108 (em 2007) para 8.660 (em 2008) processos em tramitação para cada magistrado.

Em paralelo, observa-se que ao contrário do que geralmente se espera, o aumento da carga de trabalho ocorreu concomitante a uma queda da taxa de congestionamento, a qual decaiu gradativamente desde 2004, com redução 7,3 pontos percentuais durante todo este período (vide Figura 3). Este fenômeno demonstra um aumento da efetividade da Justiça Federal que, mesmo com o aumento do número de processos por magistrado, conseguiu reduções no índice de congestionamento dos processos.

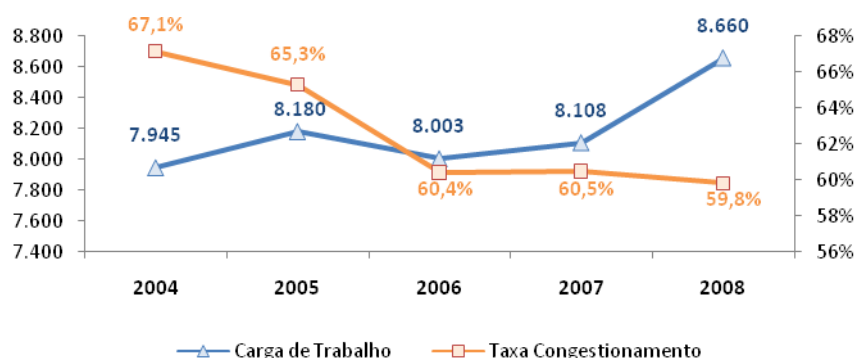


Figura 3 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento nos Tribunais Regionais Federais (2º Grau)

A carga de trabalho dos Juízes de primeiro grau tem tido leves reduções nos últimos anos, com o decréscimo médio de 6% ao ano. Todavia, não se observa nenhum padrão na taxa de congestionamento, com fortes oscilações entre cada ano (vide Figura 4).

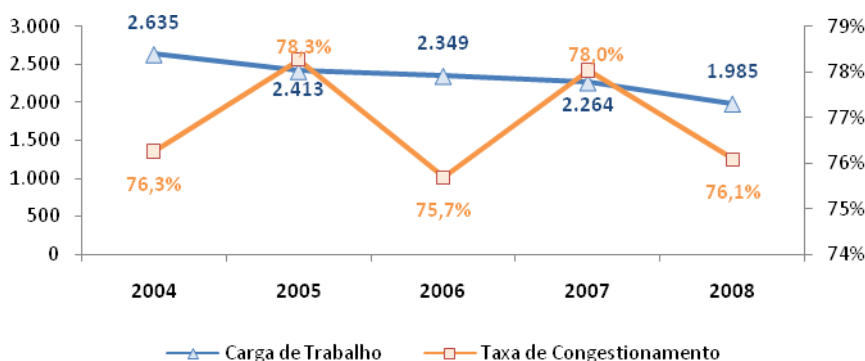


Figura 4 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento no 1º Grau da Justiça Federal

Ainda sobre a taxa de congestionamento, nota-se um forte pico de crescimento entre 2007 e 2008 nas Turmas Recursais, passando de 24,8% para 40,6% (vide Figura 5). Este aumento deve-se ao fato de que houve um crescimento de 14% no número de casos novos (especialmente na 1ª e na 5ª região) simultânea a uma redução do número de decisões (especialmente na 1ª e na 3ª região). Não é relevante falar em carga de trabalho nas Turmas Recursais, tendo em vista que são poucos os tribunais que contam com magistrados com atuação exclusiva.

Nos Juizados Especiais, a taxa de congestionamento tendia à queda até 2007, porém, no início de 2008, houve um crescimento significativo, atingindo os mesmos patamares de 2004 (vide Figura 5).

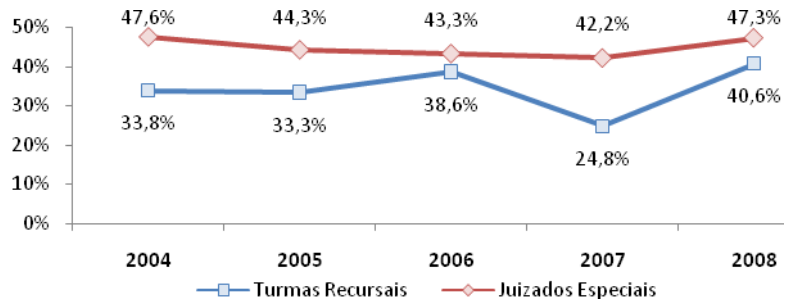


Figura 5 – Taxa de Congestionamento das Turmas Recursais e Juizados Especiais na Justiça Federal

II. Justiça do Trabalho

A despesa da Justiça do Trabalho durante o ano de 2008 foi de aproximadamente R\$ 9,3 bilhões, o que representa um gasto de 0,32% com relação ao PIB Nacional⁴ ou um custo anual de R\$ 48,83 por habitante⁵. Dessa despesa, quase R\$ 8,6 bilhões estão relacionados a gastos com recursos humanos que, além do salário, incluem férias, gratificações, passagens, verba de gabinete, dentre outros dispêndios, o que equivale a 92,9% do total de suas despesas.

A despesa total da Justiça cresceu a uma média de 10,8% ao ano entre os anos de 2004 e 2008, inflacionada principalmente pelo crescimento entre 2005 e 2006 (20%), enquanto que o PIB teve um crescimento médio de 5,9% ao ano. A Figura 6, apresentada abaixo, demonstra a despesa total da Justiça do Trabalho e o seu percentual em relação ao PIB nacional.

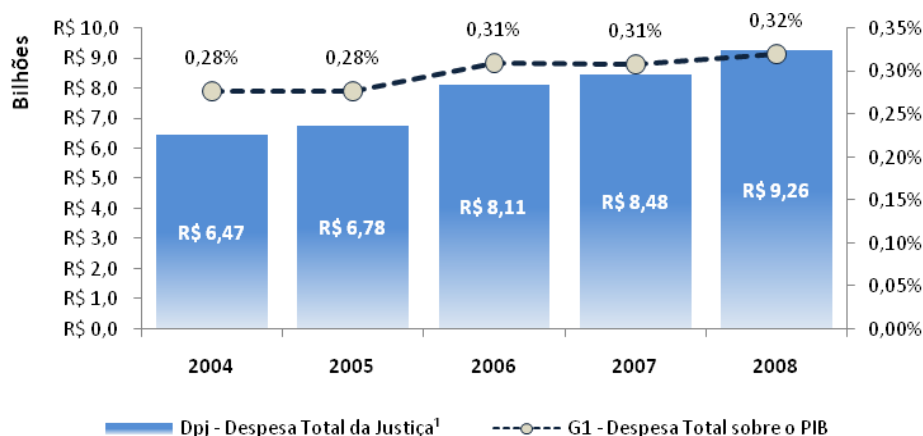


Figura 6 – Despesas Totais da Justiça do Trabalho e sua relação com o PIB Nacional

Durante o exercício de 2008, foram arrecadados R\$ 220,2 milhões em custas e recolhimentos diversos, além de R\$ 1,5 bilhão em receitas de execução previdenciária e R\$ 1,3 bilhão em receitas decorrentes da arrecadação de Imposto de Renda. Essas importâncias equivalem a 2,4%, 16,8% e 14,1% das despesas do Judiciário, respectivamente. É interessante notar que entre 2007 e 2008 apenas as receitas de execução previdenciária tiveram crescimento maior que a despesa total da Justiça do Trabalho (vide Figura 7).

⁴ O PIB (Produto Interno Bruto) em 2008 foi de R\$2,9 trilhões, segundo divulgado pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

⁵ Utilizando por base a população de 01/07/2008 estimada pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

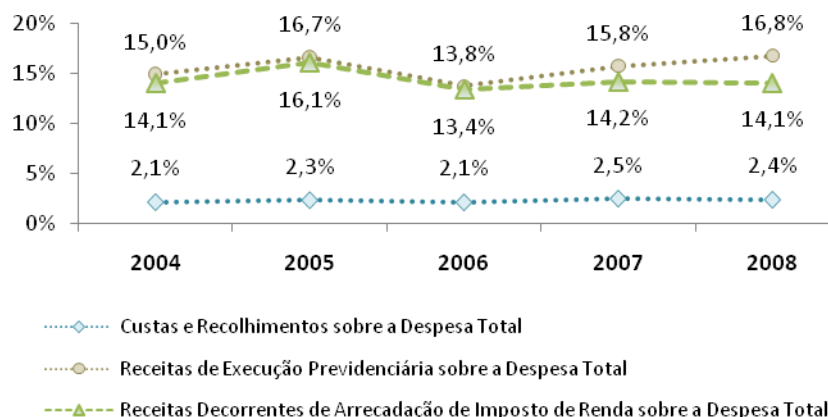


Figura 7 – Relação das Custas e Recolhimentos Diversos, Receitas de Execução Previdenciária e Receitas Decorrentes de Arrecadação de Imposto de Renda em relação ao Total de Despesas da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho contava, ao final do ano de 2008, com 3.145 magistrados e 43 mil servidores (inclusive estagiários e terceirizados), sendo 32 mil (74%) pertencentes ao quadro efetivo. Vale ressaltar que, durante os anos de 2004 a 2008, o total da força de trabalho cresceu a uma razão média de 5,3% ao ano, enquanto os servidores do quadro efetivo, em média 3,2% ao ano, demonstrando uma preferência por aumentar o quadro funcional com servidores não efetivos (vide Figura 8).

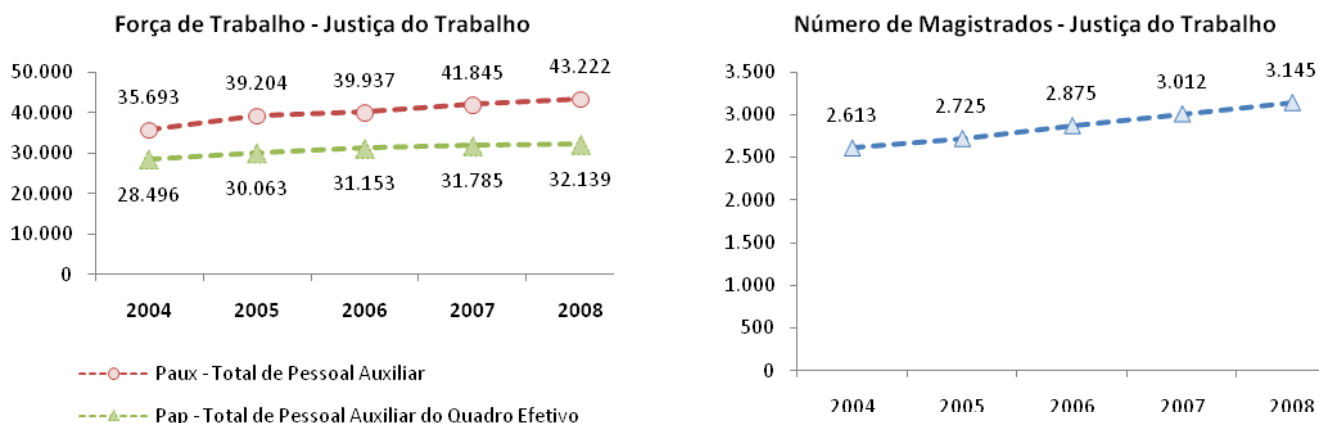


Figura 8 - Força de trabalho e número de magistrados na Justiça do Trabalho

O número de computadores por usuário na Justiça do Trabalho cresceu anualmente entre 2004 e 2008, sendo que no último ano havia cerca de um computador para cada usuário. Observa-se também na Figura 9 apresentada a seguir, um grande investimento em informática no ano de 2005, esse gasto representou 1,4% da despesa total dessa Justiça.

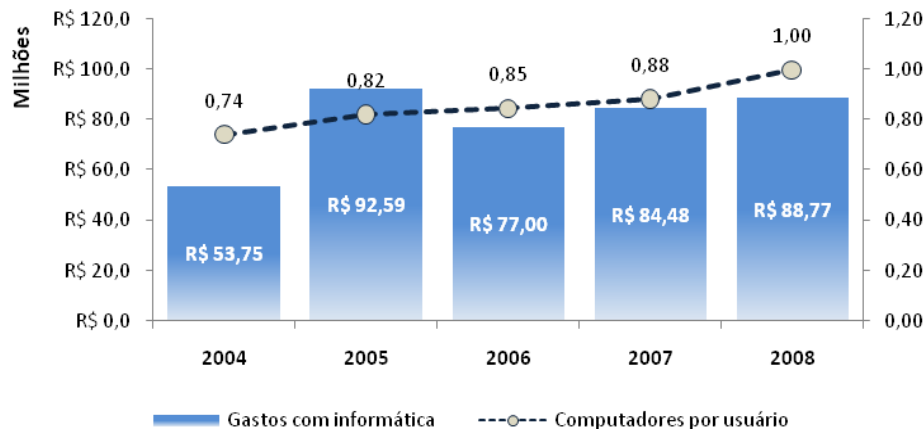


Figura 9 – Gastos com informática e computadores por usuário da Justiça do Trabalho

Tramitaram durante 2008 nos Tribunais Regionais do Trabalho (2º grau) aproximadamente 882 mil processos, dentre estes, 659 mil ingressaram neste ano. Além disso, foram proferidas cerca de 660 mil decisões que puseram fim a processos no 2º grau, ou seja, quase a mesma quantidade de processos distribuídos. Nota-se que ao longo dos anos o número de sentenças tem crescido em razões mais fortes que o número de processos em tramitação, ao passo que o quantitativo de sentenças aumentou em média 13% ao ano, os processos em tramitação aumentaram em 9%. Tal fato, associado à questão que o número de desembargadores quase não mudou, gera como consequência quedas graduais na taxa de congestionamento, passando de 33,2% para 25,2% nos últimos 4 anos (redução de 8 pontos percentuais), ao mesmo tempo que a carga de trabalho cresceu, passando de 1.415 para 1.943 no mesmo período, ou seja, com um incremento de 528 processos por magistrado, sem prejuízo do índice de congestionamento (vide Figura 10).

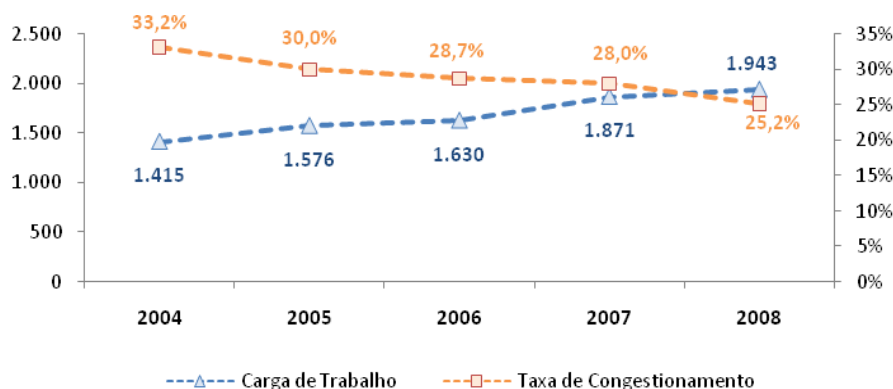


Figura 10 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho

No primeiro grau da Justiça do Trabalho, tramitaram 6 milhões de processos, sendo 3,2 milhões de casos novos e 2,8 milhões de casos que já estavam pendentes de julgamento. Foram julgados 3,1 milhões de processos e, assim como observado no 2º grau, o número de entrada de novos processos é muito próximo ao número de sentenças.

A taxa de congestionamento atingiu um pico em 2006 quando começou uma trajetória de queda, devido a um maior crescimento da quantidade de sentenças com relação aos anos anteriores. Apesar do aumento dos processos, a carga de trabalho tem caído gradualmente, pois o número de Juízes do Trabalho tem aumentado em razões anuais de 5% a 6%, passando de 2.150 magistrados em 2004 para 2.691 em 2008, com um aumento de 25% nestes 4 anos (vide Figura 11).

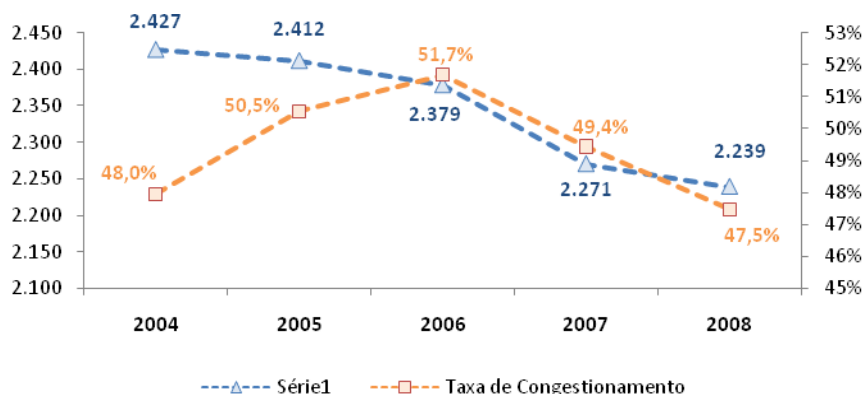


Figura 11 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento do 1º Grau da Justiça do Trabalho

Na Figura 12, apresentada abaixo, é possível identificar que a queda da taxa de congestionamento do 1º grau nos últimos 2 anos foi motivada especialmente pela fase de execução que caiu de 65,9% para 59,6% entre 2006 e 2007. A série histórica mostra também que, independente do período analisado, a fase de conhecimento possui índices de congestionamento inferiores aos obtidos na fase de execução. Por outro lado, na carga de trabalho não é possível verificar o mesmo efeito, haja vista a semelhança dos comportamentos no conhecimento e na execução.

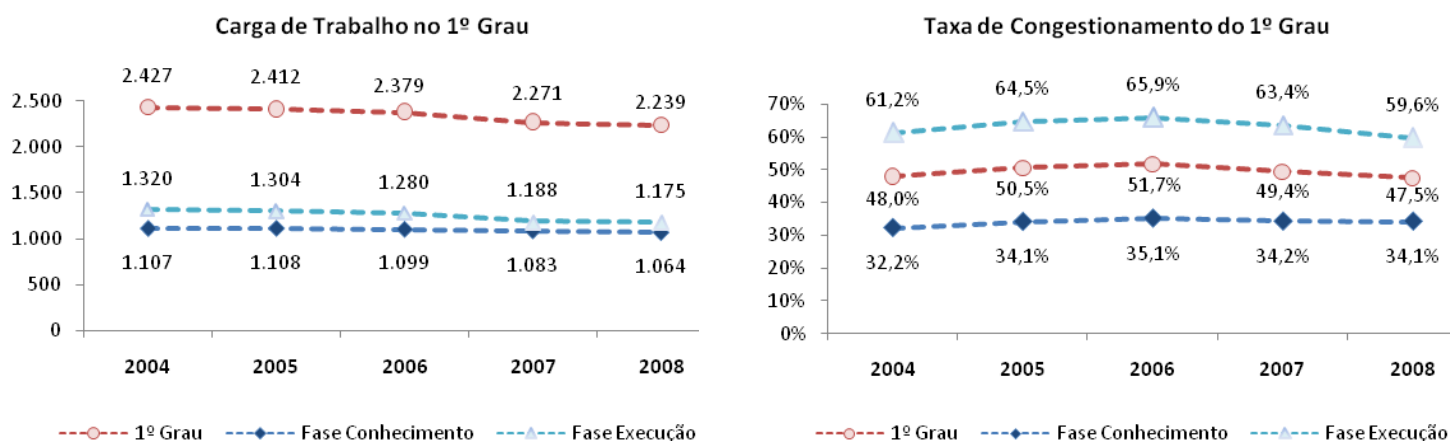


Figura 12 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento no 1º Grau da Justiça do Trabalho. Fase de conhecimento x Fase de execução.

III. Justiça Estadual

As despesas da Justiça Estadual somaram durante o ano de 2008 a quantia de R\$ 19,1 bilhões, o que representa 0,66% do PIB Nacional⁶ ou um custo anual de R\$ 100,56 por habitante⁷. Dessa quantia, R\$ 16,7 bilhões (ou 87,8%) tiveram por finalidade a aplicação em recursos humanos que, incluem, além do salário férias, gratificações, passagens, verba de gabinete, dentre outros dispêndios. Desde 2004, as despesas crescem a uma média de 8,9% ao ano, ao passo que o PIB obteve uma média de crescimento de 5,9% no mesmo período, o que indica que as despesas do Judiciário têm crescido em uma razão superior ao indicador da economia nacional, tendo a razão entre despesas e PIB passado de 0,60% em 2004 para 0,66% em 2008 (vide Figura 13).

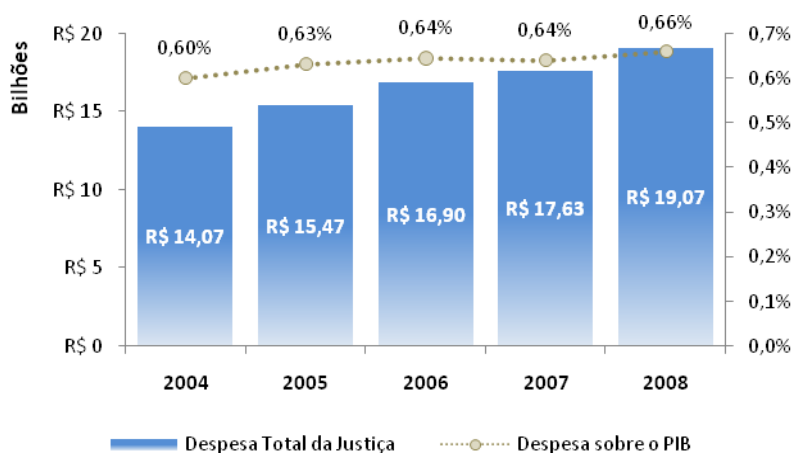


Figura 13 – Despesas da Justiça Estadual e sua relação com o PIB Nacional

Durante o exercício de 2008, foram arrecadados R\$3,3 bilhões em custas e recolhimentos diversos, além de R\$1,9 bilhão em receitas de execução fiscal. Essas importâncias equivalem a 17,3% e 11,8% das despesas do Judiciário, respectivamente. É interessante notar, com base na observação dos anos anteriores, que a relação entre as receitas e despesas aumentou, o que demonstra que, em termos proporcionais, o crescimento das receitas vem sendo superior ao crescimento das despesas (vide Figura 14).

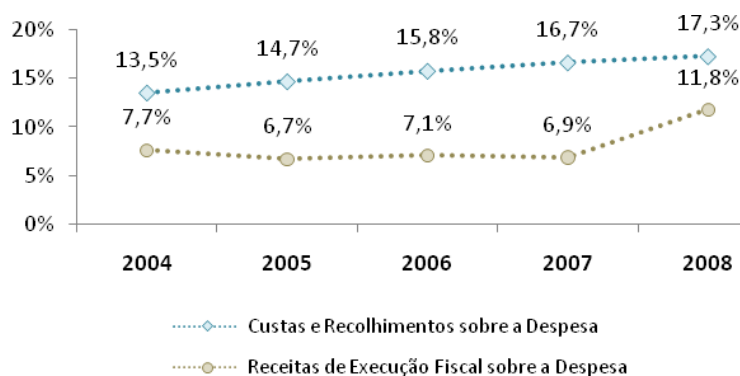


Figura 14 – Relação das Custas e Recolhimentos Diversos e das Receitas de Execução Fiscal com relação às Despesas da Justiça Estadual

⁶ O PIB (Produto Interno Bruto) em 2008 foi de R\$2,9 trilhões, segundo divulgado pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

⁷ Utilizando por base a população de 01/07/2008 estimada pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

A Justiça Estadual contava ao final de 2008 com 11.108 magistrados além de quase 216 mil servidores (inclusive estagiários e terceirizados), sendo aproximadamente 142 mil (66%) do quadro efetivo. A análise da série histórica mostra que entre 2007 e 2008 a força de trabalho aumentou em 3%, tanto em relação ao total de pessoal auxiliar quanto em relação ao quadro efetivo. Por sua vez, o número de magistrados crescia gradativamente desde 2004 em proporções cada vez menores, quando em 2008 ocorreu uma estabilização do quadro, mantendo quase o mesmo quantitativo do observado em 2007 (vide Figura 15).

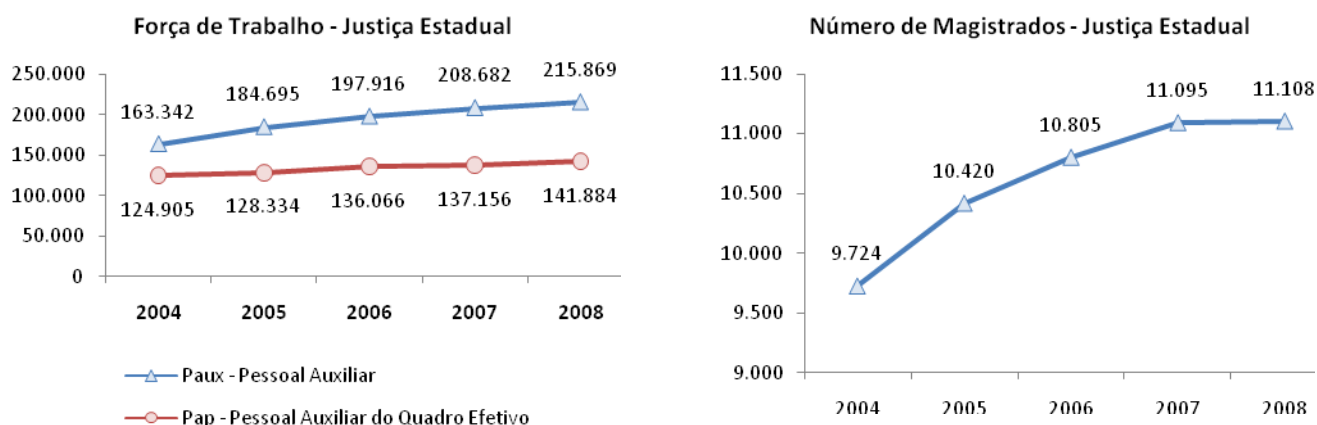


Figura 15 – Força de trabalho e número de magistrados na Justiça Estadual

Durante o ano de 2008, tramitaram três milhões de processos no 2º grau da Justiça Estadual, dentre eles, 1,8 milhão ingressou neste ano. Foram, ainda, julgados 1,7 milhão de processos. Cabe elucidar o efeito de crescimento gradual na carga de trabalho ao longo dos anos, associado a uma redução da taxa de congestionamento. Ao passo que entre 2004 e 2008 a taxa de congestionamento reduziu em 10 pontos percentuais (de 52,8% para 42,5%), a carga de trabalho aumentou de 1.441 para 2.066, ou seja, com incremento de 625 processos para cada magistrado, demonstrando uma maior efetividade dos juízes (vide Figura 16).

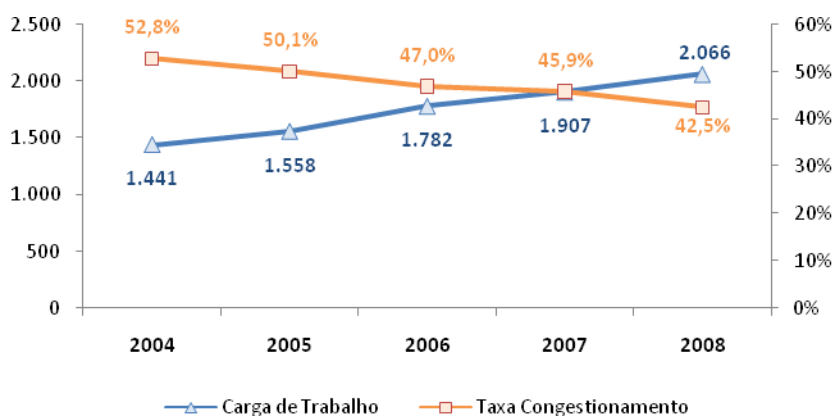


Figura 16 – Carga de Trabalho x Taxa de Congestionamento da Justiça Estadual no 2º grau.

Durante o ano de 2008, no 1º grau da Justiça Estadual tramitaram mais de 45 milhões de processos, sendo que dentre eles 33 milhões já estavam pendentes de julgamento desde o final do ano anterior. Neste mesmo período foram sentenciados 9,3 milhões de processos, ou seja, apenas 20% do quantitativo total em tramitação. A consequência natural diante de tal volume de estoque pendente é uma dificuldade em reduzir a taxa de congestionamento, tendo em vista o constante aumento do número de processos ingressados e o aumento na carga de trabalho. No primeiro grau, a carga de trabalho dos Juízes chegou a aproximadamente 5,3 mil processos por magistrado com uma taxa de congestionamento que permanece na faixa de 80% praticamente sem variações desde o ano 2004 (vide Figura 17 e Figura 18).

Nas Turmas Recursais, tramitaram 441 mil processos (321 mil casos novos e 120 casos pendentes) e foram julgados 254 mil processos. Já nos Juizados Especiais, tramitaram 8,2 milhões de processos (4,2 milhões de casos novos e 4 milhões de casos pendentes). Sobre a carga de trabalho dos Juizados Especiais, nota-se que não tem havido muita alteração durante os anos, permanecendo desde 2005 em valores próximos a 9 mil processos por magistrado. O mesmo ocorre com a taxa de congestionamento, que tem oscilado em torno dos 50% ao longo dos períodos analisados. Nas turmas recursais, não apresentamos os dados de carga de trabalho, haja vista que a maior parte dos tribunais não conta com magistrados com atuação exclusiva, prejudicando o cálculo do indicador. No entanto, no quesito taxa de congestionamento, verifica-se que as turmas recursais atingiram em 2008 a maior taxa já vista nos anos anteriores, estando atualmente no patamar de 42%, próxima ao observado em 2005 (vide Figura 17 e Figura 18).

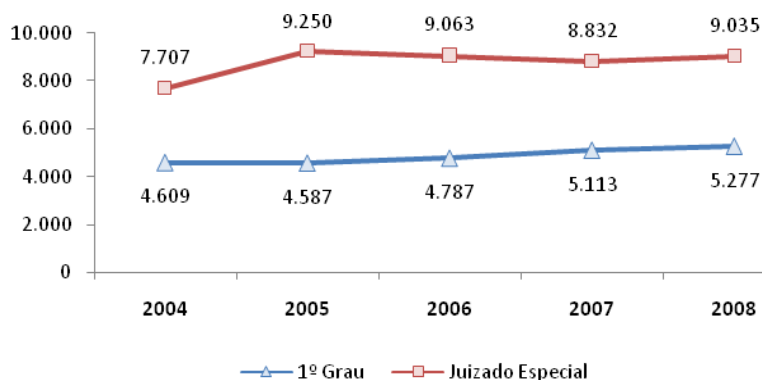


Figura 17 – Carga de Trabalho do 1º grau e dos Juizados Especiais na Justiça Estadual

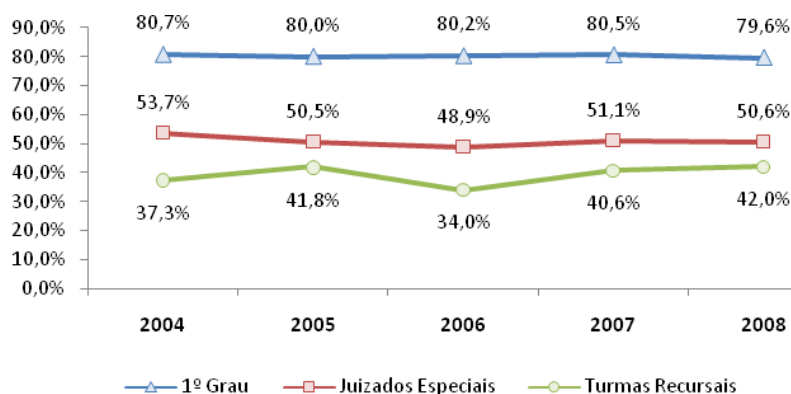


Figura 18 – Taxa de Congestionamento no 1º Grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais na Justiça Estadual